

Cidade: Saquarema UF: RJ
 Valor autorizado para captação: R\$ 396.041,19
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3455 DV: X Conta Corrente (Bloqueada)
 Vinculada nº 5829-7
 Período de Captação até: 05/12/2018
 24 - Processo: 58000.010212/2018-12
 Proponente: Minas Tênis Clube
 Título: Lazer Competitivo
 Registro: 02MG000972007
 Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
 CNPJ: 17.217.951/0001-10
 Cidade: Belo Horizonte UF: MG
 Valor autorizado para captação: R\$ 573.125,88
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3392 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada)
 Vinculada nº 6983-3
 Período de Captação até: 05/12/2020
 25 - Processo: 58000.011284/2018-87
 Proponente: Minas Tênis Clube
 Título: Olímpico Natação - Minas Tênis Clube
 Registro: 02MG000972007
 Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
 CNPJ: 17.217.951/0001-10
 Cidade: Belo Horizonte UF: MG
 Valor autorizado para captação: R\$ 1.342.599,94
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3392 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada)
 Vinculada nº 6985-X
 Período de Captação até: 05/12/2020
 26 - Processo: 58000.010723/2018-34
 Proponente: Sociedade Esportiva Palmeiras
 Título: Por Um Futuro Mais Verde Futebol Feminino
 Registro: 02SP051042009
 Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
 CNPJ: 61.750.345/0001-57
 Cidade: São Paulo UF: SP
 Valor autorizado para captação: R\$ 2.420.288,64
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1199 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada)
 Vinculada nº 32902-9
 Período de Captação até: 07/11/2020
 27 - Processo: 58000.119344/2017-28
 Proponente: Santos Futebol Clube
 Título: Meninos da Vila - Futebol de Base do Santos F.C
 Registro: 02SP007252007
 Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
 CNPJ: 58.196.684/0001-29
 Cidade: Santos UF: SP
 Valor autorizado para captação: R\$ 2.643.081,51
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2985 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada)
 Vinculada nº 25011-2
 Período de Captação até: 07/11/2020
 28 - Processo: 58000.010636/2018-87
 Proponente: Sociedade Esportiva Palmeiras
 Título: Por Um Futuro Mais Verde - Formação de Atletas
 Registro: 02SP051042009
 Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
 CNPJ: 61.750.345/0001-57
 Cidade: São Paulo UF: SP
 Valor autorizado para captação: R\$ 2.444.829,45
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1199 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada)
 Vinculada nº 32901-0
 Período de Captação até: 07/11/2020
 29 - Processo: 58000.004046/2018-15
 Proponente: Tijuca Tênis Clube
 Título: Vôlei Base
 Registro: 02RJ063632010
 Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
 CNPJ: 34.055.590/0001-71
 Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
 Valor autorizado para captação: R\$ 521.487,77
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0288 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada)
 Vinculada nº 48932-8
 Período de Captação até: 05/12/2020

ANEXO II

1 - Processo: 58701.002087/2014-46
 Proponente: Automóvel Clube da Mulher
 Título: Rallye do Batom
 Valor autorizado para captação: R\$ 959.479,54
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1532 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada)
 Vinculada nº 58235-2
 Período de Captação até: 10/04/2019
 2 - Processo: 58000.010571/2016-16
 Proponente: Liga Nacional de Futsal - Liga
 Título: Liga Futsal 20017 - Despesas de Viagem
 Valor autorizado para captação: R\$ 2.660.208,00
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7065 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada)
 Vinculada nº 7530-2
 Período de Captação até: 08/02/2019

Ministério do Meio Ambiente**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS****RESOLUÇÃO Nº 99, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018**

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS-ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 112, inciso XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução ANA nº 32, de 23 de abril de 2018, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 728ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2018, considerando o disposto no art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes do processo nº 02501.000590/2006, resolveu:

Dispor sobre as condições de operação do reservatório da PCH Machado Mineiro e de uso da água a jusante no rio Pardo, para até 30 de novembro de 2019.

Revoga-se a Resolução ANA nº 1.570, de 25 de agosto de 2017.

O inteiro teor da Resolução e seus Anexos I e II, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**PORTARIA Nº 1.047, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018**

Dispõe sobre regras comunitárias comuns e específicas para uso e manejo dos recursos naturais e pesqueiros para a gestão da Reserva Extrativista Tracuateua no Estado do Pará e dá outras providências (Processo nº 02122.001172/2017-04).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, nomeado pela Portaria da Casa Civil nº 638, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018;

Considerando a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 21 de dezembro de 2017, que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais;

Considerando a Lei 11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências;

Considerando a Instrução Normativa Ibama nº 43 de 26 de julho de 2004, que proíbe o uso de aparelhos e métodos, específicos, no exercício da pesca em águas continentais;

Considerando que a conservação da biodiversidade é essencial para a evolução e para a manutenção dos sistemas necessários à vida da biosfera e, para tanto, é necessário garantir e promover a capacidade de reprodução sexuada e cruzada dos organismos;

Considerando que as iniciativas de conservação dos recursos pesqueiros devem estabelecer sinergias e ações integradas com convenções, tratados e acordos internacionais relacionados ao tema da gestão da biodiversidade;

Considerando que a promoção da gestão compartilhada entre representantes do Estado e da sociedade civil organizada visa subsidiar a elaboração e implementação de normas, critérios, padrões e medidas para o uso sustentável dos recursos pesqueiros;

Considerando os resultados alcançados pelo Projeto PNUD BRA 07/G32 - Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil;

Considerando a valorização dos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais acerca dos ecossistemas onde se realiza a atividade pesqueira, e seus modos de organização;

Considerando os autos do Processo nº 02122.001172/2017-04; resolve:

Art. 1º Aprovar as regras comunitárias comuns e específicas para uso e manejo dos recursos naturais e pesqueiros da Reserva Extrativista Tracuateua no Estado do Pará, nos termos do ANEXO da presente portaria.

Art. 2º As Reservas Extrativistas envolvidas no processo de construção coletiva para as quais se aplicam as regras comuns, contidas no capítulo I do ANEXO, visando a gestão integrada dos recursos são as seguintes: Caeté-Taperaçu, Chocó-Mato Grosso, Gurupi-Piraiá, Maracanã, São João da Ponta e Tracuateua.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

ANEXO

CAPÍTULO I
REGRAS COMUNS PARA GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHO COSTEIRAS DO ESTADO DO PARÁ

DOS CONCEITOS

Art. 1º. Para efeitos dessa portaria consideram-se:

I - Atividade Pesqueira: compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

II - Pesca artesanal: pesca de peixes, caranguejo, camarão, siri, ostra, mexilhão, entre outros produtos da biodiversidade marinha e costeira, realizada com barcos de pequeno porte e petrechos de pesca de forma autônoma ou em regime de economia familiar; observando o disposto na Lei nº 11.959/2009 (Lei da Pesca).

III - Pesca Industrial: aquela realizada por empresas ou pessoa física com empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, com barcos de grande porte, nas regiões marinhas e costeiras, utilizando-se de alta tecnologia de pesca tanto de extração como de conservação do pescado e com finalidade exclusivamente comercial (Lei nº 11.959/2009).

IV - Aquicultura: a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária.

V - Aquicultura Familiar: a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo quando praticada por unidade unifamiliar, nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

VI - Pesca Esportiva: pesca sem fins comerciais, cujo objetivo é o lazer ou o desporto, observando-se a Lei nº 11.959/2009.

VII - Apetrechos/Petrechos de pesca: instrumentos ou objetos necessários para executar a atividade pesqueira. Aqui serão considerados os seguintes instrumentos:

a) Puçá - coador ou sarrico, confeccionado com rede e ensacador, instalado em uma armação em forma de aro.

b) Tarrafas - rede em forma circular com um raio de 3 a 4 metros, confeccionadas com malhas que variam de acordo com a espécie a que se destina.

c) Linha de mão - instrumento de náilon monofilamento de 1 a 2 mm, ou 2 a 3 mm de diâmetro com chumbada e um ou mais anzóis na extremidade.

d) Anzol - instrumento pontiagudo de metal em forma de gancho utilizado geralmente na extremidade de uma vara de bambu e em linha de náilon.

e) Espinhel - instrumento formado de uma linha principal (madre) da qual partem várias linhas secundárias (estropos) que se prolongam por alças de arame de aço ou latão trazendo o anzol na sua extremidade livre.

f) Caniço e cambão - instrumento utilizado, tanto na modalidade esportiva como na artesanal, destinando-se à captura de espécies costeiras, bem como na pesca interior.

g) Rede/malhadeira - são aparelhos/apetrechos para pescar, flexíveis, geralmente de fibras relativamente delgadas e com malhas de tamanho menor que a menor dimensão dos peixes ou mariscos que se pretendem capturar com elas.

h) Fuzarca - Armadilha fixa de pesca composta por duas espias (ou enfias) em formato de V, em cujas extremidades se prende a uma rede em forma de funil, geralmente feitas de fios de náilon. Uma das extremidades da rede é fixada no final das espias e a outra é presa a uma estaca.

i) Curral - armadilha de pesca fixada no solo (em locais que secam e enchem com a variação das marés), constituídas de varas de madeira, telas de náilon, redes e cabos de amarração. Estas formam uma parede (espia/enfia) que direciona o peixe para uma base (chiqueiro) constituída dos mesmos materiais, mas com formato arredondado ou quadrado. Pode ser feito na croa (banco de areia) ou na beirada (leito rio, furos e canais).

j) Fuzação - armadilha fixa de pesca composta por duas espias (ou enfias) em formato de V, em cujas extremidades se prende a uma rede em forma de funil, geralmente feitas de fios de náilon. Uma das extremidades da rede é fixada no final das espias e a outra é adaptada a um chiqueiro de curral de pesca.

k) Cacuri de beirada - é um mini curral, usado nas margens de rios e igarapés. Também formado por varas fixadas no solo que direcionam os peixes a uma base arredondada (sala/chiqueiro).



l) Rabiola - é uma forma de usar a rede de emalhe. Consiste em fixar uma vara e amarrar a rede deixando-a à deriva, semelhante a uma bandeira. Outra forma é utilizar uma "poita" (pedra com corda) ao invés da vara.

m) Socó - apetrecho formado por um conjunto de talas (60 - 70 cm de comprimento) amarradas em forma de cone. Seu uso consiste em lançá-la sobre os peixes e camarões e deixá-los presos. Coleta-se o produto da pesca pela parte superior.

n) Moponga - arte de pesca que consiste em fazer um círculo/cerco com a rede, ficando pessoas dentro do círculo para espantar os peixes em direção à rede. Utilizada na região dos campos alagados.

o) Paneirão - assemelha-se a um paneiro, com um metro de abertura (boca) e cerca de 60 centímetros de profundidade, é usado em duas pessoas que vão arrastando e utilizando como se fosse uma peneira para captura do peixe ou camarão.

VIII - Métodos de captura de caranguejo:

a) Braceamento - catador insere o braço na toca dos caranguejos durante o período de maré baixa, retirando-os apenas com a mão.

b) Tapagem (cercamento) - consiste em tapar a entrada da toca do caranguejo com sedimento lodoso do mangue, para que o caranguejo fique sem ar e procure a entrada da toca, posteriormente, o pescador introduz o braço no buraco retirando o caranguejo.

c) Gancho/cambito - petrecho de pesca cuja extremidade forma um gancho, e puxa os caranguejos até o exterior das tocas.

IX - Poluição ou degradação da qualidade ambiental no interior da reserva extrativista: alteração adversa das características do meio ambiente ou aquelas resultantes de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

X - Poluição Sonora: Toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, ao meio ambiente, à segurança e ao bem-estar da coletividade.

DOS TIPOS DE PESCA E AQUICULTURA

Art. 2º. Para os efeitos desta portaria, a pesca e a aquicultura deverão ocorrer nos seguintes termos:

I - Pesca artesanal: é permitida aos beneficiários e usuários para consumo, desde que respeite os instrumentos de gestão de cada reserva extrativista. A comercialização é permitida somente aos beneficiários cadastrados de acordo com o perfil de cada unidade de conservação;

II - Pesca Industrial: não é permitida nas reservas extrativistas marinho costeiras objeto desta portaria;

III - Aquicultura: é permitida aos beneficiários das reservas extrativistas objeto desta portaria, mediante prévia apresentação de projeto técnico ao ICMBio, para análise e aprovação do Conselho Deliberativo e com a autorização dos órgãos competentes e sempre com utilização de espécies nativas, desde que a sua implantação não cause danos ambientais conforme estabelece a legislação vigente, como por exemplo o desmatamento na cobertura vegetal (mangue), a retirada de sedimento e/ou as mudanças no fluxo das marés e cursos de rios e igarapés. Deve-se considerar ainda:

a) Para a atividade de aquicultura será permitido o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento desta atividade, desde que a gestão efetiva do empreendimento seja de responsabilidade dos beneficiários.

b) A realização de atividades de aquicultura familiar, que utilizam práticas tradicionais de manejo, deverão ser comunicadas ao órgão gestor, observando-se a Lei nº 11.326/2006.

IV - Pesca esportiva: A pesca esportiva, quando realizada na reserva extrativista por não beneficiários, será permitida apenas na modalidade "pesque e solte", sem o direito à cota de transporte de pescados e no contexto de turismo de base comunitária.

DOS RECURSOS PESQUEIROS E SUAS FORMAS DE MANEJO

Art. 3º. Para efeito desta portaria, as formas de manejo e extrativismo dos recursos pesqueiros deverão estar de acordo com as regras abaixo:

I. Camarão: é permitida a pesca do camarão, nas seguintes condições:

a) Com o uso da tarrafa com o comprimento máximo de 4 metros e malha mínima de 12 mm; e

b) Com o uso do puçá de arrasto com as seguintes dimensões, malha saco túnel de 7 mm, malha do meio de 10 mm, malha da boca de 12 mm, comprimento máximo de 6 m e largura máxima de 5 m.

II. Ostra, mexilhão e sururu: para o manejo destes recursos não é permitido o corte das raízes e a retirada da pedra de fixação para a coleta.

a) Para sua extração não é permitido o uso de pá, enxada e outros instrumentos que danifiquem o seu substrato (pedra e/ou raízes de fixação).

III. Turu: só será permitido o extrativismo com o uso do machado, sendo proibido o uso de motosserra.

a) Não é permitida a derruba de árvores que facilitem a brocação do turu.

IV. Caranguejo: a captura desse recurso seguirá as seguintes regras:

a) Permitido a captura, para fins de comercialização, somente aos beneficiários das reservas extrativistas objeto desta portaria.

b) O tamanho da carapaça deverá ser igual ou superior a 7 cm.

c) A extração deverá ser realizada utilizando-se a técnica de braceamento, com ou sem o uso do gancho.

d) Não é permitido o uso de outros apetrechos para a coleta com exceção das unidades de conservação que possuem instrumentos jurídicos que regulamentem o uso desses apetrechos.

e) É proibida a captura, transporte e a comercialização da fêmea (conhecida popularmente como condrua ou condessa).

f) Durante o período de andada, é proibida a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização do caranguejo.

g) Não é permitida a captura com a retirada de partes isoladas do caranguejo.

h) Não é permitida a derruba do mangueiro (manguezal) e o corte de suas raízes para a coleta de caranguejo.

DOS PETRECHOS E INSTRUMENTOS DE PESCA

Art. 4º. Para efeitos desta portaria, os petrechos e instrumentos de pesca deverão seguir as seguintes especificações:

I - Rede/malhadeira: a localização, tamanho (comprimento e altura) deste petrecho terá regra específica para cada reserva extrativista objeto dessa portaria.

a) A menor malha de rede permitida é de 25 mm entre nós, para as áreas de estuário e área costeira.

b) As redes com malha inferior a 25 mm poderão ser permitidas para as pescarias da praiadeira e caíca e terão regramento específico de cada unidade.

c) As redes com malha maior ou igual a 30 mm entre nós são permitidas para rios e igarapés das águas estuarinas. O comprimento e altura máxima permitidos serão especificados para cada UC.

d) É proibido o uso de rede apoitada, escorada, aprofundada ou ferroada.

II - Tarrafa isqueira: a malha mínima permitida para captura é de 18 mm entre nós, e comprimento máximo de 3 metros, com exceção das reservas extrativistas marinhas Caeté-Taperaçú e Gurupi-Piriá que permitem malha mínima 12 mm, entre nós, com comprimento 1,5 m.

III - Linha de mão, espinhel, tiradeira, anzol, caniço e cambão: o uso desses apetrechos é permitido, mas o limite de número de anzóis será especificado para cada uma das reservas extrativistas objeto desta portaria.

IV - Tapagem, cercamento: não é permitida a tapagem de rios e igarapés; com a exceção nos braços de igarapés pequenos (afluente/canal secundário) que encham e secam de acordo com a maré, ou seja, áreas alagáveis conforme o fluxo de marés.

V - Óculos (viseiras), físgas, uso de objetos de ruído e lanterna no mergulho: não é permitido o uso.

VI - Fuzarca: não é permitido o uso.

DO EXTRATIVISMO DE RECURSOS NÃO PESQUEIROS

Art. 5º. Para efeito desta portaria, o extrativismo dos recursos não pesqueiros deverá ocorrer nos seguintes termos:

I - Produtos florestais madeireiros e não madeireiros:

a) É permitida aos beneficiários das reservas, a extração de madeira e a utilização de madeira caída para seus usos tradicionais, tais como, construções de: ranchos de pesca, apetrechos de pesca e instrumentos de produção cultural. Tal atividade deve ser previamente autorizada pelo ICMBio, de acordo com a metodologia de monitoramento aprovada pelos respectivos conselhos deliberativos, respeitando a legislação e normas vigentes.

b) O extrativismo de frutos, sementes, cipós, folhas, cascas, óleos e resinas é permitido aos beneficiários para fins de uso medicinal, artesanal, cultural, alimentício, construção de apetrechos de pesca e ferramentas de trabalho. Entretanto, os frutos devem ser colhidos quando maduros.

c) Não é permitida a técnica de anelamento e a derrubada de árvores para a extração das cascas, conforme a legislação e normas vigentes.

II - Recursos minerais (barro, argila, pedra, piçarras): é permitida a extração aos beneficiários da reserva extrativista para fins de construção, benfeitorias e artesanato, ou seja, para a manutenção cultural e uso familiar, desde que esteja de acordo com o planejamento/delimitação e demais instrumentos de gestão da UC e autorizado pelo ICMBio;

III - Caça e ninhais: é proibida a caça e a destruição de ninhais nas unidades de conservação objeto desta portaria.

DAS REGRAS GERAIS DE USO DO TERRITÓRIO

Art. 6º. É permitido aos beneficiários das reservas extrativistas o levantamento de construções, sempre que o objetivo for moradia, rancho de pesca, trapiche, barra de praia, ou outras edificações que sejam do interesse dos beneficiários, com a consulta à concessionária e ao ICMBio, considerando as especificidades e os instrumentos de gestão de cada reserva extrativista e não dispensando as devidas autorizações, se for o caso.

Art. 7º. É proibida a venda de terreno ou qualquer área que esteja no interior da reserva extrativista.

a) No caso da venda das benfeitorias, essa somente será permitida às pessoas que se enquadram no perfil dos beneficiários da reserva extrativista.

Art. 8º. Não são permitidas ações que provoquem poluição ou degradação da qualidade ambiental, tais como, despejar nos rios e igarapés os restos de combustíveis e materiais não biodegradáveis, como por exemplo, plástico, vidro, metal ou outros resíduos sólidos.

a) Cada usuário e beneficiário deverá dar o destino adequado ao lixo doméstico.

Art. 9º. É proibida a poluição sonora, ou seja, toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, ao meio ambiente à segurança e ao bem-estar da coletividade, no interior da reserva extrativista.

a) As emissões de som deverão seguir o padrão máximo permitido, sendo durante o dia 65 decibéis e durante a noite 55 (em acordo com as recomendações da NBR 10151 da ABNT), com exceção das festividades tradicionais mediante a autorização dos órgãos competentes.

CAPÍTULO II

DAS REGRAS ESPECÍFICAS PARA GESTÃO INTEGRADA DA RESERVA EXTRATIVISTA TRACUATEUA

DOS USOS E MANEJOS DOS RECURSOS PESQUEIROS

Art. 10º. Ficam estabelecidas as seguintes regras comuns de uso específicas para a reserva extrativista Tracuateua:

I - É permitido o uso e manejo dos seguintes recursos pesqueiros:

a) Camarão: é permitida pesca do camarão segundo o estabelecido nas regras comuns, com as seguintes complementações: o período permitido para o uso do puçá é de julho a dezembro. A malha mínima permitida para a rede e a tarrafa camaroeira é de 12 mm. Fica proibido o uso do mangote que apresente malhas menores que 10 mm na maioria de multifilamento.

b) Caranguejo: é permitida a coleta segundo o estabelecido nas regras comuns. Fica proibido o transporte de caranguejo com o coifo feito de palha.

DOS APETRECHOS/INSTRUMENTOS DE PESCA?

Art.11º. Ficam estabelecidos os seguintes apetrechos de pesca com os respectivos usos e especificações:

I. Manzuá/Munzuá: É proibido o uso;

II. Redes: Ficam permitidas, desde que o tamanho da malha, entre nós, seja de:

a) de 20mm para pesca da caíca;

b) de 25 mm para a pesca da tainha ou macharrão;

c) de 30 a 35mm para a pesca de tainha, gó e bagre;

d) de 40 a 60 mm para pesca de pescada, camurim e bandeirado.

III. Rabiola: É permitida, desde que com o uso de pedra no lugar de madeira.

IV. Espinhel: É permitido o uso, desde que de acordo com as especificações:

a) para pesca em mar aberto com anzóis nºs é 7 e 8, com o limite de até 3000 anzóis;

b) para a pesca nos cursos d'água internos com anzóis de nºs 9, 10 e 11, com o limite de 300 anzóis;

V. Tarrafa pesqueira: É permitida desde que com malha mínima de 20 mm entre nós;

VI. Timbó e Cunambi: ficam proibidos, bem como, qualquer outro produto que em contato com a água produzam efeitos tóxicos e destrutivos à biota.

VII. Curral: É permitido o uso de currais, os quais deverão ser sinalizados e seguir as regras abaixo:

a) Fica proibida a instalação de currais no meio do rio, cabeceiras e canais;

b) Fica determinada a distância de cinco metros entre os currais e cada família beneficiária poderá ter apenas um curral;

c) O comprimento máximo da espia é de 150m e a malha mínima do curral é de 30 mm;

d) O tempo limite de permanência sem uso do curral será de um ano, quando o local deverá ser limpo, com a retirada dos mourões e outros materiais utilizados na sua construção;

e) Fica proibida a venda do local onde está localizado o curral;

f) Fica permitido a utilização de curral de fuzarcão, mediante o uso de redes do puçá com malha 35 mm entre nós e chiqueiro com malha 30 mm entre nós, com chiqueiro de dimensões mínimas de altura e largura de uma braça, ou 1,89 mts aproximadamente.

Art. 12º. As embarcações pesqueiras deverão ser cadastradas; os portos localizados na Resex são para o uso dos beneficiários, outras pessoas deverão ter autorização da AUREMAT ou do ICMBio para a sua utilização.

I. Deverá ser elaborado um cadastro de autorização das embarcações que poderão circular e ser utilizadas como instrumento de trabalho da pesca no interior da Resex.

II. Deverão ser realizadas campanhas de sensibilização junto aos proprietários de embarcações cadastradas, esclarecendo sobre os cuidados necessários para se evitar impactos negativos da atividade no interior da Resex e demais pontos permitidos nesse acordo;

DO USO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Art. 13º. É proibida a construção de cercas nos Campos Naturais e Manguezais;

Art. 14º. Fica proibida a criação de animais de grande porte no interior da RESEX; os casos ocorrentes deverão ser regularizados mediante instrumento apropriado que estabeleça o ajustamento da conduta das famílias criadoras de gado, considerando regras que limitem a quantidade de animais de grande porte e técnicas de manejo adequadas, até que se erradique a atividade pecuária no interior da unidade.



Art. 15º. Os rios e igarapés que abastecem a Resex devem ser conservados de modo a manter a quantidade e qualidade de água necessária para manter os manguezais. Fica proibida qualquer atividade que afete o volume e a qualidade da água que abastece os manguezais na Resex;

Art. 16º. Os projetos de turismo e lazer permitidos no interior da Resex devem ser de base comunitária, tendo os beneficiários da unidade como protagonistas. Todos os projetos destinados a desenvolver o turismo no interior da Resex deverão ser aprovados pelo seu conselho deliberativo e autorizado pelo ICMBio;

Art. 17º. As regras comunitárias deverão ser reproduzidas em cartilha com linguagem acessível e distribuídas a todos os usuários da Resex; as regras deverão ser divulgadas em rádio, mídias eletrônicas e impressas, televisão, dentre outros, e divulgação local em escolas, igrejas, órgãos públicos, sindicatos, cooperativas, e outros grupos interessados.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18º. É obrigatório, às pesquisas apresentadas ao SISBIO, garantir a devolutiva dos resultados às comunidades, quando afetarem ou trazerem informações relevantes sobre as comunidades.

a) Para pesquisas que envolvam acesso à informação tradicional e/ou vivência na comunidade os pesquisadores e responsáveis deverão buscar a concordância das comunidades envolvidas por meio de termo de consentimento.

Art. 19º. É de responsabilidade de toda e qualquer pessoa que faça uso efetivo ou eventual dos ambientes dentro dos limites legais da Reserva Extrativista, o cumprimento desta portaria.

Art. 20º. O monitoramento das Regras Comunitárias de Uso e Manejo dos Recursos Naturais e Pesqueiros, contidos nesta portaria será realizado por grupo criado no âmbito do conselho deliberativo, sendo o conselho o fórum adequado para deliberar sobre problemas decorrentes da execução das regras.

I) O Grupo de Monitoramento deverá elaborar um formulário para registro das denúncias de descumprimento das regras de uso dos recursos naturais

II) O ICMBio, em parceria com o Grupo de Monitoramento, deverá:

a) elaborar cadastro de atividades de todos os camaroeiros, caranguejeiros profissionais e curraleiros;

b) realizar o controle das embarcações que operam na Resex;

c) realizar o controle de retirada de madeira de mangue, com informação sobre o uso, local e época da retirada da madeira, além de outras informações pertinentes.

PORTARIA Nº 1.081, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Altera a sede do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Trindade e Martim Vaz

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, nomeado pela Portaria da Casa Civil nº 638, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º O art. 7º da Portaria nº 593, de 15 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º O ICMBio Trindade e Martim Vaz terá sede em Brasília/DF.

Parágrafo único - revogado "(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

PORTARIA Nº 1.091, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Define o modelo institucional para a gestão das Áreas de Relevante Interesse Ecológico. (Processo SEI nº 02070.011433/2018-20)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo Art. 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, nomeado pela Portaria da Casa Civil nº 638, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018, e:

Considerando a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;

Considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que define a finalidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

Considerando a Portaria nº 61, de 20 de fevereiro de 2017 que disciplina a elaboração, implantação, monitoramento e gestão do Planejamento Estratégico, no âmbito do Instituto Chico Mendes, em perfeita consonância com o disposto na Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007;

Considerando o Decreto nº 89.336 de 31 de janeiro de 1984, que dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico, e dá outras providências;

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente nº 428, de 17 de dezembro de 2010 que dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências;

Considerando o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que prevê a possibilidade de instituição de núcleos de gestão integrada, em qualquer ente federativo, para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas;

Considerando os princípios reitores da administração pública, entre eles os da economicidade, da eficiência e da eficácia;

Considerando a necessidade de racionalização da aplicação dos recursos humanos e financeiros do Instituto Chico Mendes; resolve:

Art. 1º As Áreas de Relevante Interesse Ecológico federais serão geridas preferencialmente em regime de parceria a ser estabelecida com as instituições públicas ou privadas mediante celebração de instrumento de cooperação.

Art. 2º O Instituto Chico Mendes executará as atividades típicas de Estado por meio de gestão integrada a ser promovida pelo núcleo ao qual cada unidade estará agregada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 417, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 132.874.893,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, caput, incisos II, alínea "c", item "1", III, alíneas "c", item "1", "d", item "1", e "h", item "1", e IV, alínea "a", e §§ 3º e 6º, da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e do art. 43, § 2º, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 132.874.893,00 (cento e trinta e dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e três reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, inclusive de emenda individual, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E N G R O M I F							VALOR
			S	N	P	O	U	T	F	
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública								18.000
		Atividades								
06	122	2112 216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos								18.000
06	122	2112 216H 0001 Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional								18.000
			F	3	2	90	0	100		18.000
TOTAL - FISCAL										18.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										18.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E N G R O M I F							VALOR
			S	N	P	O	U	T	F	
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil								7.275.682
		Projetos								
26	126	2126 15P7 Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação								7.275.682

